



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMETIDAS POR PARCEIROS ÍNTIMOS NO PERÍODO GESTACIONAL

**REGINA SUELI DE SOUSA¹
ADRIANA BUENO GALVÃO²**

RESUMO

Esse estudo analisa as produções do Serviço Social e Enfermagem sobre violência doméstica cometidas contra gestantes por seus parceiros íntimos. E os impactos dessas ações em políticas públicas. Os dados evidenciam todos tipos de violências. Como a atuação dos Assistentes Sociais, suas estratégias de intervenções / ações em rede.

Palavras Chaves: Violência doméstica; Gestação; Direitos Sociais.

ABSTRACT

This research addresses the knowledge, apprehension and analysis of the set of triggering factors, as well as the consequences of domestic violence against pregnant women, their impacts and social visibility, covering health, care, and law. This study aims to give visibility to situations of domestic violence committed against women during pregnancy in the context of social assistance, of in the joint actions in net.

Key words: Domestic violence; Gestation; Social rights.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho *A violência doméstica no período gestacional, impactos e visibilidade social*, foi construído e desenvolvido na disciplina de Pesquisa em Serviço Social, abordando o

¹ Universidade Federal de Goiás

² Unidade Vap Vupt Cidade de Goiás



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

tema e suas inferências com a saúde, assistência social, os direitos sociais e cidadania. A qual foi desenvolvida no ápice da emergência sanitária ocasionado pela pandemia do vírus COVID-19, que assolou o mundo e principalmente o nosso país dada a conjuntura política nacional de 2019-2022, tendo seu redirecionamento para um estudo bibliográfico, visando o resguardo ao elemento humano na pesquisa.

1. A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência contra as mulheres, repercute desde os primórdios atribuído por uma cultura sustentada sob a égide da relação de poder, caracterizada pela retórica da dominação do homem e submissão da mulher. Historicamente constitui em construções de relações sociais que perpassa gerações imprimindo ao gênero feminino a condição de fragilidade, inferioridade e vulnerabilidade instituído pelo poder do patriarcado e da cultura machista constituída. Nesse sentido, “o machismo é, essencialmente, uma expressão do patriarcado que se materializa nas relações interpessoais, para perpetuar relações de dominação e poder via inferiorização, submissão e apropriação das mulheres” (CFESS, 2019, p.9).

Essas construções estão fundadas em relações sociais estruturais de exploração, opressão e dominação. Nesse sentido, há de se compreender que a violência doméstica adensa nas sociedades capitalistas, a partir do momento em que as mulheres galgam um lugar no mercado de trabalho buscando liberdade e independência. Conhecer e identificar as situações em que estas ocorrem, por que ocorrem, incide em objeto de interesse, análise e intervenção dos assistentes sociais.

O termo violência conforme Sacramento & Rezende (2006) se refere a qualquer ato agressivo que se manifeste por meio da forma seja ela física, sexual ou até mesmo psicológica que aconteça por negligência e/ou até mesmo, pela privação dos direitos. De modo, complementar, estes autores observam ainda que a violência também pode ser vista como a utilização da força ou do poder, que acontece contra si mesmo ou contra outro indivíduo, grupo ou “comunidade, tendo a possibilidade ou resultando em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (SACRAMENTO & REZENDE, 2006, p.5).

Conforme Schraiber; D’oliveira (1999) o termo violência abrange inúmeras conotações, que vão desde as formas mais cruéis da tortura e do assassinato em massa, ou até mesmo nos aspectos mais sutis que muitas das vezes são considerados como extremamente opressivos na vida moderna. Na realidade para estes autores existem dificuldades quando o assunto é definir este termo. Entretanto,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

De um modo geral, os critérios utilizados para a caracterização da violência se baseiam em diversos fatores, que incluem a natureza da ação (sua forma, intensidade e frequência), o impacto físico ou psicológico sobre a vítima, a intenção do agressor, a influência do contexto em que se deu o ato violento e os padrões de conduta culturalmente considerados apropriados (SCHRAIBER & D'OLIVEIRA, 1999, p.5).

Neste cenário, estes autores observam ainda que na tentativa de definição de violência, observa-se no cenário atual que muitos estudiosos a caracterizam como a utilização de termos relativos a abusos, maus-tratos. Assim, por se tratar de um problema de relevância pública, a OMS recentemente apresentou uma definição do termo violência como sendo

O uso intencional da força física ou poder, como ameaça ou real, contra si mesmo, a outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, transtornos de desenvolvimento ou privação (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2002, p. 5).

Os atos de violência contra as mulheres geralmente são envolvidos por um grande número de modalidades, ou até mesmo, situações as quais são evidenciadas por meio das agressões sejam elas físicas, psicológicas ou até mesmo sexuais no ambiente doméstico. A mesma é penetrada nos espaços de convivência pelos familiares, pessoas desconhecidas e inclusive, pelo parceiro íntimo da vítima (PIV).

Neste cenário conforme, Sinclair (1985), a violência física acontece quando a vítima recebe tapas, socos, chutes, beliscões, empurrões, enforcamento, ou em alguns casos o agressor pode ainda atirar objetos ou líquidos no rosto da mulher, ou até mesmo a queimam com cigarro, usam objetos para fazer com que ela engula substâncias desagradáveis ou que sejam prejudiciais para a sua saúde física e emocional. Na maioria dos casos, a violência física também acontece por meio de utilização de armas como revólveres ou facas, as quais resultam em homicídios.

Em relação a violência sexual essa autora, adverte que esta encontram-se relacionada com exemplos que possam subestimar a mulher através de piadas, xingamentos, ou toques indesejados sem o consentimento da vítima, a prática de atividades sexuais utilizando-se da força, apresentação de um ciúme em excesso, "acusações sexuais, submetê-la a atos sexuais desprazerosos ou dolorosos, rejeição como parceira sexual e sujeitar a comparações desfavoráveis com outras mulheres" (SINCLAIR, 1985, p.5).

No que concerne à violência psicológica, Sinclair (1985) explica que essa acontece quando se realiza ameaças para com a vítima, forçando-a a realizar atos degradantes, humilhantes de modo verbal que a ridicularize diante da sua família ou do meio em que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estabelece as suas relações diárias. Igualmente, Aguiar (2014), afirma que seria um equívoco acreditar que a violência aconteça apenas de forma física, pois ela acontece ainda de maneira sexual e psicológica.

De acordo com a Lei Nº 11.340/06 conhecida popularmente como *Lei Maria da Penha*; 1. “Tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher. 2 estabelece as formas de violência doméstica contra a mulher como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral” (SEMIRA, 2008 p.15). Portanto, essa lei ressalta um fato muito interessante que muitas vezes a sociedade faz questão de silenciar ou ignorar, que a violência ultrapassa os limites do físico, que ela pode ser também moral, sexual, patrimonial e psicológica. E estas, por vezes, em muitos casos podem causar traumas ou dores até mesmo maiores do que a dor física. E,

Com relação específica à violência contra a mulher, podemos situar como violência invisível não só a pressão perpetrada pela sociedade de classes e a ação de instituições discriminatórias, como também a educação diferenciada, a violação dos direitos, a naturalização dos papéis sociais e das relações hierarquizadas (GOELLNER, PILLOTO, ALTMANN, VIEIRA, 1995, p. 139).

Corroborando com a afirmação acima, percebe-se que também há uma violência invisível, que por vezes está inserida na sociedade, e isso acaba se naturalizando a tal ponto que as pessoas passam a encarar como normal as hierarquias existentes, o patriarcado e o senso comum até se apropriam de chavões como: “briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, ou “roupa suja se lava em casa”, “há, ele estava com ciúmes”, “estava de cabeça quente, não é isso que ele é”, entre tantos outros que tentam restringir o problema da violência contra as mulheres somente no âmbito do privado, onde ninguém deverá interferir. E/ou ainda desqualificando a percepção dessas mulheres sobre o acontecido. Mas até que ponto terminaria o privado e começaria o público?

Neste cenário, estes autores afirmam ainda que a violência doméstica por muitas vezes acontece de modo velado, inclusive no período gestacional. Para Aguiar (2014), a violência contra mulher é considerada um problema de saúde pública complexo, o qual se encontra presente inclusive, em um período da vida da mulher em que seu bem-estar deveria ser extremamente assegurado, que é a gestação. Dessa forma, este estudo se apoia na necessidade de se abordar um tema do qual existem reduzidas pesquisas, ou seja, tratar da caracterização da violência contra a mulher no período gestacional no âmbito da atuação do Serviço Social.

No período gestacional, conforme Silva (2013), a mulher guarda em seu útero, durante nove meses, um ser que surgiu do encontro duas células sexuais, isto é, o espermatozoide (de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

seu parceiro) e o óvulo (dela). Depois disso a mulher, começa a ter inúmeras alterações em seu corpo e em suas emoções. Deste modo, quando ela se encontra no período gestacional, segundo os autores, é necessário oferecer-lhe condições agradáveis, ambientes que sejam harmônicos, isto é, com paz, equilíbrio e tranquilidade, para que possa realizar sua gestação de modo saudável e positivo,

Entretanto, a realidade de muitas mulheres é diferente e está longe de prover-lhes tais condições. É o caso das mulheres – milhões delas tanto no Brasil como no mundo – que sofrem violência por parte do parceiro, encontrando-se, muitas vezes, em situações precárias de sobrevivência (AGUIAR, 2014, p.29)

Conforme Aguiar (2014), durante a gestação a mulher costuma utilizar com maior frequência os serviços que são básicos de saúde, estas realizam consultas e exames pré-natais constantes. A atenção básica é crucial durante este processo, pois o acompanhamento da gestação de baixo risco consiste em uma prioridade na Estratégia Saúde da Família (ESF) o qual por sua vez, se constitui, como um espaço privilegiado de atendimento, além de oportunizar a identificação de casos de violência. Entretanto, por diferentes fatores, a violência doméstica tem se tornado um problema invisível diante dos olhos de muitos profissionais de saúde.

Neste cenário Wolff, (2008, p.5) pontua que,

A violência contra a mulher tem consequências que, por si só, merecem atenção, cuidados e tratamento adequados. Já durante o período da gravidez os efeitos da violência são outros e podem causar sérios danos para a saúde da mãe e do bebê. Os abusos físicos repetidos podem causar fraturas no feto, hemorragia materna e fetal, ruptura do útero, fígado ou baço, atraso no desenvolvimento do bebê, descolamento prematuro da placenta e/ou parto prematuro, que podem gerar bebês com baixo peso; pancadas na barriga podem causar abortos e natimortos.

No entendimento de Wolff (2008), a violência doméstica gera repercussões negativas para à saúde física e psíquica da mulher gestante, e esse impacto reflete na percepção da mulher sobre si mesma, através dos seus sentimentos de insegurança e impotência, até suas relações com o meio social. Diante disso, Iamamoto (2007) pontua que diante das diferentes manifestações da violência é essencial que o Serviço Social atue de forma ética e compromissada diante do atendimento às vítimas de violência doméstica.

Conforme afirma Velloso (2013, p.50),

Um dos maiores desafios para os assistentes sociais no combate à violência é construir uma efetiva rede de atendimento interdisciplinar, considerando essa como a articulação das ações entre as instituições e seus profissionais, que possam efetivamente amparar as vítimas da violência. E, claro, as dificuldades não ficam apenas no âmbito da assistência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Os serviços disponíveis, tanto na saúde, como na assistência e a segurança pública, atendem com *déficit* as mulheres vítimas de violência.

Conforme Velloso (2013), o assistente social trabalha diretamente nas instituições que prestam atendimento às mulheres grávidas que são vítimas de agressão. Dessa forma, em relação a dimensão ético-política, estes profissionais devem trabalhar orientando as mulheres a pensar e até mesmo, refletir sobre o seu papel na sociedade e os seus direitos, buscando, dessa feita se inserir na luta por políticas sociais, que efetivamente atendam às suas reais necessidades, isto é, mulheres que são vítimas de violência. O próprio Código de Ética dessa Profissão (1993), consiste em um marco, que orienta sobretudo, a postura que esse profissional deve ter para com os usuários que se encontram nessas situações.

Ademais, conforme Martinelli *et al* (2001, p. 119), “a construção do saber profissional tendo como horizonte a intervenção, realiza um tríptico movimento: de crítica, de construção de um conhecimento “novo” e de nova síntese no plano do conhecimento e da ação (...)”. Com isto, adensar o saber científico é possibilitar novas visões da realidade imposta com fins a uma intervenção comprometida com sua transformação.

Outrossim, assina Iamamoto (2007), o trabalho do assistente social possui uma ampla magnitude, porque envolve a sociedade e sujeitos que possuem suas privacidades, problemas, conflitos, sofrimentos, anseios e que são dotados de deveres, mas também de direitos e que precisam contar com a prerrogativa dos Direitos Humanos em seus amplos aspectos e com uma política realmente engajada e comprometida com as problemáticas sociais, para que possam de fato, serem amparados de maneira desejáveis como é o caso das mulheres que são vítimas de violências. Em seus termos,

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMATO, 2014, p. 52)

Vale ressaltar que a escolha dessa temática é relevante em vários aspectos, tanto para elucidar o compromisso pessoal dessas pesquisadoras, quanto em apreender com mais densidade, as situações decorrentes de violências sofridas pelas gestantes, no período da pesquisa e do estágio, em uma maternidade de Goiânia.

Nesse sentido, a análise dos dados coletados, via as entrevistas com as gestantes e assistentes sociais, reafirmaram a relevância dessa questão social, tão pouco pesquisada no âmbito do Serviço Social. O qual carece de conhecimentos mais qualificados nessa área, com vistas a produção de mecanismos de enfrentamento, “que endossa a presença inegável do tema,

no âmbito da categoria dos assistentes sociais e, ao mesmo tempo, permite inferir um recente adensamento da visibilidade dessa discussão no campo profissional” (SILVA, 2008, p. 266).

2. MÉTODO

A pesquisa pautou-se no materialismo histórico dialético, na perspectiva de desvelar a totalidade dessa questão, sendo necessário compreender cada elemento de forma particularizada, assim como, suas várias determinações na sociedade brasileira, sendo que, após conhecer a realidade em que cada elemento está inserindo, será possível entendê-lo como um todo, de modo a compreender a realidade pela totalidade social (Netto, 2009).

Essa é uma pesquisa qualitativa, com inferências em pesquisa bibliográfica nas quais foi realizada uma revisão de literatura com vistas a atualizar sobre a produção de conhecimentos do Serviço Social sobre a temática em questão, e, também apreender a atuação do assistente social no âmbito da violência doméstica cometidas contra a mulher gestante, também foram realizadas três entrevistas, com mulheres que sofreram violências por parte de seus parceiros íntimos, todavia, com a pandemia do *Covid-19*, outras que estavam agendadas (tanto com ex-gestantes, quanto com assistentes sociais), foram canceladas, como forma de proteção tanto as entrevistadas, quanto a pesquisadora.

Segundo, Lima & Mito (2007, p.4) a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema recorrendo-se de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo sobretudo as várias contribuições científicas,

Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Neste sentido, essas autoras endossam que a pesquisa bibliográfica, é uma das etapas da investigação científica, que por sua vez, requer ser um trabalho minucioso, bem como, exige tempo / disponibilidade, dedicação e atenção por parte de quem decide empreendê-la.

A busca por publicações sobre a problemática social da violência cometida por parceiros íntimos contra as gestantes, foi realizada, inicialmente na área da Saúde e depois do Serviço Social, procurando por categorias de identificação/ incidência de fatores desencadeadores, tais como, tipos de violências perpetradas, consequências a saúde materna e ao bebê, a percepção das vítimas de violência por parceiro íntimo, perfil do agressor e suas alegações quanto ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

comprometimento da violência, locais de atendimentos e demandas ao Serviço Social. Dessa forma, foram selecionadas as produções com marcadores de produções indexadas nas bases *Scielo* com pontuação de A1 até B1, e no *Portal de Periódicos da Capes*, nesse sentido, foram selecionados textos da área de Enfermagem e Serviço Social.

De tal maneira, a análise empreendida nesse estudo, foi subsidiada nas produções de: Gedrat, Silveira, *et al* (2020), Einhardt & Sampaio (2020), Silva (2008), Oliveira, Fonseca-Machado, *et al* (2015), Marcacine, Abuchaim, *et al* (2018), Berger & Giffin (2011) e Campos, Gomes, *et al* (2019), que foram publicadas nos periódicos: *Serviço Social & Sociedade*, *Katálysis* (UFSC), *Interface* (Botucatu), *Revista Gaúcha de Enfermagem*, *Revista Brasileira de Enfermagem* (Brasília), *Rev. Mineira de Enfermagem (REME)*, que contribuíram com diversas reflexões sobre essa problemática, possibilitando assim um estudo diante das variáveis já mencionadas. Netto (2009, p. 33), “do conhecimento não se extraem diretamente indicativos para a ação, para a prática profissional e interventiva. Mas não se terá uma prática eficiente e inovadora se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes”.

3. ANÁLISE SOBRE A VIOLÊNCIA GESTACIONAL

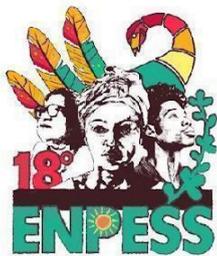
O reconhecimento da violência doméstica durante a gestação impacta enquanto problema social e saúde pública. No Brasil, nos últimos anos, tem-se aumentando gradativamente o número de violência doméstica contra as mulheres, especialmente, em relação as gestantes, que geralmente, são vítimas de seus cônjuges/companheiros.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2010) conceitua, violência por parceiro íntimo (VPI) como, “comportamento dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores”.

Oliveira, Fonseca-Machado, *et al* (2015) e Marcacine, Abuchaim, *et al* (2018), abordam o tema no âmbito da saúde por serem trabalhos desenvolvidos na área de Enfermagem, focalizado na mulher gestante e pós gestação em situação de violência doméstica. Ambos estudos abordam as consequências da VPI na saúde materna e do nascituro, sob as condicionantes socioeconômica e ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

Quanto a incidência da violência durante a gestação,

Os resultados apresentados mostraram que das 358 entrevistadas, 63 (17,6%) sofreram algum tipo de violência pelo parceiro íntimo (VPI) durante a gestação. A variação de idade foi de 15 a 42 anos, com predominância de mulheres solteiras, que se autorreferiram de cor



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

parda e preta, de religião católica seguida pela evangélica e que em sua maioria se encontravam fora do mercado de trabalho. (...). Com relação ao tipo de VPI sofrida pelas 63 mulheres durante a gestação, destacamos que 60 (95,2%) sofreram violência psicológica, 23 (36,5%) sofreram violência física e uma (1,6%) sofreu violência sexual. (OLIVEIRA, FONSECA-MACHADO, STEFANELLO, SPONHOLZ, 2015, p. 236).

Ao analisar a prevalência dos casos de violência entre nas 207 participantes, identificou-se que 51,2% sofreram VPI alguma vez na vida, sendo que dessas, 49,3% relataram VPI psicológica, 18,4% física e 4,8% sexual. No que se refere ao momento da exposição, 36,7% delas referiram que a VPI ocorreu durante a gestação e 25,6% relataram a continuidade das agressões após o parto. Quanto ao tipo da violência sofrida pelas participantes, nos dois períodos, a violência psicológica foi a mais frequente (durante a gestação: 32,9%; após o parto: 25,1%), seguida da física (durante a gestação: 14,0%; após o parto: 4,3%) e sexual (durante a gestação: 3,9%; após o parto: 0,5%), (MARCACINE, ABUCHAIM, JARDINI, ABRÃO, 2018, p. 1388).

Percebeu-se assim, um aumento na incidência da VPI durante a gestação, bem como, uma preponderância da violência psicológica às demais, ambas análises foram realizadas em regiões com IDH mais elevado, como, o centro-sul. Isso leva os autores a conjecturarem que esse quadro pode ser ainda maior em regiões com IDH menor, como é o caso do Norte e Nordeste, consideradas regiões com maiores índices de pobreza, com menores índices de estudos, com menores oportunidades de qualificação, de empregos e de salários, além de maiores distâncias entre as moradias. Por isso, ponderarem que esses fatores, geralmente, adensam a propagação da violência como um todo.

No que tange ao acompanhamento do pré-natal verifica-se, que a “mulher vítima, pelo menos um ato de violência física, durante a gestação, está mais propensa ao acompanhamento pré-natal inadequado”, bem como, a “VPI está diretamente associada à morbimortalidade feminina” (OLIVEIRA, FONSECA-MACHADO, *et al*, 2015, p. 234).

Os autores, ainda inferem nessa análise, que a autoestima seja um fator coadjuvante da VPI contra as mulheres gestantes, já que nos dados analisados, constataram que mulheres com baixa autoestima são mais vulneráveis ao seu cometimento. E que essas situações trazem implicações para saúde do bebê, tais como, o baixo peso. Nesse sentido,

O presente estudo permitiu identificar o perfil e a autoestima de puérperas, bem como as características de seus bebês e companheiros e, verificar suas associações com a ocorrência de VPI (...). Quanto aos neonatos, mulheres cujos bebês nasceram com peso inadequado (<2500g), apresentaram quase duas vezes mais chances de serem vítimas da VPI, confirmando os resultados encontrados em outros estudos (MARCACINE, ABUCHAIM, *et al*, 2018, p. 1.390).

Os estudos são unânimes quanto a relação dos fatores socioeconômico, “visto que há uma correlação significativa entre violência e pobreza, como consequência das desigualdades sociais e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

da exclusão” (GEDRAT, SILVEIRA, *et al*, 2020, p. 344). Da mesma forma que, a utilização de drogas lícitas (álcool) e substâncias ilícitas, na inferência do comportamento mais agressivo do parceiro. “Sabe-se que o álcool reduz as inibições, anuvia o julgamento e coíbe a capacidade de a pessoa interpretar os sinais, facilitando a ocorrência de agressões” (MARCACINE, ABUCHAIM, *et al*, 2018, p. 1391). Tal qual, é sinônimo de virilidade

(...), é reconhecido que culturalmente nesta sociedade baseada pelo patriarcalismo, homens são influenciados a começarem a beber mais cedo, e são “bem-vistos/admirados” por terem a capacidade de ingerirem grandes quantidades de álcool (EINHARDT & SAMPAIO, 2020, p. 362).

Pensar a violência como um todo, é invocar todas as condicionantes que levam a sua ocorrência, numa perspectiva de apreensão crítica Einhardt & Sampaio, (2020), ocupam em apresentar uma análise da violência doméstica, onde emergem o reconhecimento cultural da sociedade pelo patriarcalismo, através de um discurso machista, verificado nas falas dos entrevistados, de modo que os fatores apresentados, por eles nessa pesquisa, foram reunidos da seguinte forma,

O motivo sempre está fora, ou seja, como se o autor de violência não tivesse em si a causa de suas ações”; “Impulsividade”; “A ambiguidade da mulher”; “desconsideração do seu ponto de vista” e, ainda, “O autor da violência se vê como vítima” (EINHARDT & SAMPAIO, 2020, p. 360/361).

Contudo, tem-se ainda o fator desconsideração da existência da VPI por parte das vítimas, imbuídos pela afetividade ou mesmo pela questão da dependência econômica, conforme Gedrat, Silveira, *et al* (2020, p. 351), a “subordinação da mulher aos homens está associada à instauração da propriedade privada e da luta de classes”.

Consequentemente, o delineamento do perfil dos agressores posto como mecanismo facilitador na identificação da VPI durante a gestação e puerpério, mapeando as variáveis capazes de subsidiar uma intervenção articulada voltada a descontinuar o ciclo da violência, traduz-se em estratégia de ação para seu enfrentamento. Assim,

Enfrentar as múltiplas formas atuais de violência não significa, em absoluto, especializar o ‘olhar científico’ para formar profissionais comprometidos com tratamentos e ações cirúrgicas, como verdadeiros ‘médicos sociais’. (...). Apanhar esse contexto, reconhecer sua complexa e pulverizada (mas não isolada) particularização e, a partir disso, propor encaminhamentos práticos e efetivos que levem em consideração os aspectos peculiares dos segmentos envolvidos, é condição para o enfrentamento das múltiplas formas de violência (SILVA, 2008, p. 271).

Campos, Gomes, *et al*, (2019, p. 5), introduz a dificuldade por parte dos profissionais da saúde em, identificar e investigar a ocorrência e possíveis causas de VPI durante a gravidez, no contorno de prevenção a complicações obstétricas que coloquem em risco mãe/filho. Para tanto,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

revela ainda que, agressões voltadas para o ventre da mulher, “pode estar atrelada à rejeição do cônjuge em relação à criança (...), como consequência, têm-se os riscos para abortos espontâneos, perdas fetais ou partos prematuros”.

Nesse trabalho, Campos, Gomes, *et al*, (2019), frisa ser o Brasil um dos poucos países, em um rol de 127, a ter legislação própria voltada a proteção da mulher contra a violência. A adoção destes mecanismos jurídicos, como a Lei nº 11.340/06, mais conhecida como *Maria da Penha* – legislação que defende e orienta mulheres que estão em situação de violência doméstica, assim como a Lei nº 13.104/15 (*Lei do Feminicídio*), que define o assassinato de mulheres por seus parceiros como crime Hediondo, e a Lei nº 11.804/08, (*Alimentos Gravidicos*), por si só, são insuficientes para suprimir a ocorrência da VPI independentemente dessa mulher estar grávida ou não.

Quanto à necessidade de debate sobre VPI na gestação emerge como fator de extrema relevância para os autores que, coadunam do debate em vias de se promover um enfrentamento capaz de alterar esta realidade. Gedrat, Silveira, *et al*, (2020), alude ser necessário voltar-se para além da denúncia, pela implantação de ações de enfrentamento articuladas entre os setores de saúde, educação, segurança, justiça e assistência social, voltadas para a igualdade de gênero e a cultura de paz. Somando ações intersetoriais e interdisciplinares direcionadas para a atenção aos homens autores de violência, com o intuito de alterar seu comportamento violento e promover a igualdade de gênero. Assim,

Devemos levar em consideração a contribuição que os profissionais da enfermagem têm ao proporcionar condições e acesso à assistência social e institucional ao se deparar com casos de violência na gestação, sendo esta abordagem uma forma direta de contribuição para a equidade de gênero e direitos das mulheres, (...) e o empoderamento das mulheres (OLIVEIRA, FONSECA-MACHADO, *et al*, 2015, p. 237).

Quanto as produções acerca do tema aqui abordado, apenas a de Berger & Giffin (2011), contemplam o tema em uma abordagem específica a atuação do profissional de Serviço Social. Fato que vai ao encontro do interesse das pesquisadoras, ou seja, o caráter inovador de se voltar ao estudo de um tema que merece atenção pelas implicações na saúde, na assistência social, bem como, na análise sociojurídico, investigando sua integralidade dissecando o tema da violência doméstica cometida contra mulheres no período gestacional, assim como, os impactos e visibilidade social dessa situação no âmbito da abordagem dos Assistentes Sociais. Assim,

Articular a profissão e a realidade é um dos maiores desafios, pois entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade. (...). O esforço está, portanto, em romper qualquer relação de exterioridade entre profissão e realidade, atribuindo-lhe a centralidade que deve ter no exercício profissional (IAMAMOTO, 2014, p. 55)

Para tanto, a investigação é inerente as competências do profissional do Serviço Social na busca de apreender o desenvolvimento sócio histórico, identificando demandas, produzindo conhecimento, capazes de alterá-las a partir de sua intervenção profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

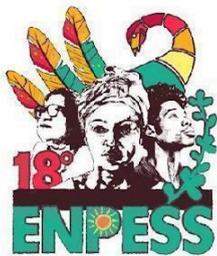
Conflui na pesquisa a falta de preparo dos profissionais em identificar e abordar as vítimas de VPI, sendo esta, por algumas carências, ou seja, falta de preparo e estrutura física nos atendimentos, ou até mesmo pelo fator cultural de entendimento e desconhecimento das produções sobre gênero, violências, violações de direitos humanos, que resultam em carências de dados quantificáveis e qualitativos, nos registros institucionais.

Em outras palavras, essa constatação, baseia-se na leitura de protocolos e registros institucionais, que estão nos procedimentos de atendimentos sociais, que devem ser preenchidos durante os atendimentos dessas mulheres, quando relatam situações de acometimentos por seus parceiros íntimos de agressões verbais, de terem sofrido empurrões, ameaças, entre outras situações que resultam em sequelas físicas e/ou emocionais para elas e seus fetos e futuros bebês, que poderiam ser evitadas, se fossem considerados seus relatos, e/ou sintomas, e/ou sentimentos e/ou marcas expressas por elas.

Diante desses dados da pesquisa e das produções lidas, observa-se a relevância de construção de conhecimento acerca dessa temática, com vistas a suprir a parca produção desse material, especialmente, em torno do recorte de violências cometidas por parceiros íntimos (VPI) contra as mulheres na gestação.

Nesse sentido, ressalta-se o papel dos Assistentes Sociais, tanto no seu atendimento a essas mulheres gestantes, quanto no entendimento e construção de enfrentamentos às expressões de violências doméstica, suas implicações para a saúde, assistência social e direitos, subsidiando suas atuações pautadas no projeto ético-político profissional de 1993, o qual aponta estratégias de atuação e defesa intransigente de direitos humanos, assim como, a necessidade de realizar articulações com os movimentos e organizações sociais, com vistas ao fortalecimento de vínculos, e ações conjuntas em rede.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

AGUIAR, Lia Cardoso. **A Violência na gravidez: caracterização de casos em São Luís (MA) no ano de 2010**. 2014. 79 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde da Família) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014. Disponível em:

https://renasf.fiocruz.br/sites/renasf.fiocruz.br/files/dissertacoes/2014_UFMA_Lia%20Cardoso%20de%20Aguiar.pdf – Acesso em: 18 dez. 2020.

BERGER, Sônia Maria Dantas & GIFFIN, Karen Mary. **Serviços de saúde e a violência na gravidez: perspectivas e práticas de profissionais e equipes de saúde em um hospital público no Rio de Janeiro**. Interface (Botucatu) [online]. 2011, vol.15, n.37, pp.391-405. Epub Mar 18, 2011. ISSN 1414-3283. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1414-32832011005000003> - Acesso em: 28/04/2021 às 19h

CAMPOS LM, GOMES NP, SANTANA JD, CRUZ MA, GOMES NP, PEDREIRA LC. **A violência conjugal expressa durante a gestação e puerpério: o discurso de mulheres**. REME – Rev Min Enferm. 2019; 23:e-1230 Disponível em: <https://www.reme.org.br/exportar-pdf/1376/e1230.pdf> - Acesso em: 13/04/2021 às 17h45

CFESS. **Machismo**. Série Assistente Social no Combate ao Preconceito – Caderno 6. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf> - Acesso em: 13 dez. 2020.

EINHARDT, Amália; SAMPAIO, Simone Sobral. **Violência doméstica contra a mulher - com a fala, eles, os homens autores da violência**. *Serviço Social & Sociedade, Ago. 2020, Nº 138, p. 359 – 378* – Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.217> - Acesso em 22/04/2021 às 15h15 – Acesso em; 22/04/2021 às 12h15

GEDRAT, Dóris Cristina; SILVEIRA, Eliane Fraga da; ALMEIDA NETO, Honor de. **Perfil dos parceiros íntimos de violência doméstica: uma expressão da questão social brasileira**. *Serviço Social & Sociedade, Ago. 2020, Nº 138, p. 342 – 358*. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n138/0101-6628-sssoc-138-0342.pdf> - Acesso em: 22/04/2021 às 09h.

GOELLNER, Silvana Vilodre; PILOTTO, Fátima Maria; ALTMANN, Helena e VIEIRA, Patrícia Rodrigues de Borba. **Cães, Mulheres e Nogueiras, Quanto mais se Bate, Melhor ficam**. In: *Corpo, Mulher e Sociedade/ Romero, Elaine (org.) Campinas. SP, Papyrus, 1995*.

IAMAMOTO, Marida V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed., São Paulo, Cortez, 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de and MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. katálysis [online]. 2007.

MARCACINE, K. O., ABUCHAIM, E. S. V., Jardini, L, COCA, K. P., ABRÃO, A. C. F. V. **Violência por parceiro íntimo entre puérperas: fatores associados** Vol. Rev Bras Enferm [online]. Brasília: vol.71, supl.3, p.1386-1392, 2018. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0643> - Acesso em: 13/12/2020 às 14h06.

MARTINELLI, M. L., Rodrigues, M. L. On, MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-696.

OLIVEIRA, Lisiane C. Q. de, FONSECA-MACHADO, Mariana O., STEFANELLO, Juliana, GOMES-SPONHOLZ, Flávia A. **Violência por parceiro íntimo na gestação: identificação de mulheres vítimas de seus parceiros**. Revista Gaúcha Enfermagem [online]. Rio Grande do Sul, vol.36, nº. Esp., p.233-238, 2015. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2015.esp.57320> - Acesso em: 13/12/2020 às 21h05.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SACRAMENTO, L. T.; REZENDE, M. M. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, n.24, p.95-104, jul./dez. 2006.

SILVA, E. A. T. **Gestação e preparo para o parto: programas de intervenção. O mundo da saúde**, São Paulo, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Violência e Serviço Social: notas críticas**. Rev. Katálysis, vol.11, n.2, Florianópolis, July/Dec. 2008, p. 265-273. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200012 – Acesso em 12/01/2021 às 19h.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L. Violência contra a mulher: interfaces com a saúde. **Interface – Comunic.**, Saúde Soc., Educ., v.3, n.5, p.11-27, 1999.

VELLOSO, Bruna Braga. **A violência contra a mulher no município de rio das ostras e a atuação da casa da mulher: analisando percalços, limites e potencialidades**. Rio das Ostras, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5282> - Acesso em: 18 jan. 2021.

WOFF, L. R.; WALDOW, V. R. **Violência consentida: mulheres em trabalho de parto e parto**. Saúde Soc., vol.17, n. 3, São Paulo, jul./set. 2008.